

## **Mulheres em armas:**

### **memória da militância feminina contra o regime militar brasileiro**

NATALIA DE SOUZA BASTOS

Este trabalho é uma breve apresentação da pesquisa realizada no Núcleo de História Oral/ TEMPO/IFCS, no projeto Memórias de Esquerda em que entrevistamos ex-militantes de esquerda envolvidos no movimento de resistência contra o regime militar e que resultou na minha monografia de final de curso. Buscamos nesta pesquisa analisar, através de depoimentos orais, alguns aspectos da militância feminina em organizações de luta armada contra o regime militar brasileiro, no Rio de Janeiro nas décadas de 60 e 70 do século XX.

As transformações sociais ocorridas na sociedade brasileira, especialmente a partir dos anos 60, criaram as condições mais gerais para a efetiva constituição da mulher como sujeito político. Não se trata apenas da conquista de espaços significativos no mercado de trabalho e na universidade; é um processo marcado pela crescente conscientização e participação política da mulher. Sendo assim, temos um questionamento sobre os efeitos destas transformações na sociedade brasileira, assim como o funcionamento da família e o papel da mulher neste novo contexto.

Dentro desta perspectiva, discutiremos a relação entre mulher e política neste período, a partir de experiências de mulheres que transgrediram o código de gênero da época. O lugar da mulher era o espaço doméstico, e sua função dedicar-se ao marido e aos filhos. Ao homem estava reservado o espaço público e o comando da arena política. Adentrar o espaço público, político e masculino foi o que fizeram estas mulheres ao se comprometerem com os grupos de esquerda, clandestinamente, para fazer oposição (em parceria com os homens) ao regime militar brasileiro<sup>1</sup>.

Se na Europa e nos EUA o movimento feminista aparece destacadamente no início da década de 60, no Brasil isto ocorrerá somente a partir de meados dos anos 70, tendo como marco a publicação dos jornais *Brasil Mulher* em 1975 e *Nós Mulheres* em 1976. Esta defasagem temporal tem como causa dois discursos dominantes na época: o do regime militar e o da oposição a ele. No primeiro caso, temos o discurso da ditadura militar que se

apresenta como discurso oficial, tentando “moralizar” o país através de suas regras, não somente econômicas e políticas, mas também as de comportamento de cada cidadão brasileiro. Logo, as discussões de temas como a sexualidade feminina, divórcio e aborto eram consideradas promíscuas e atentatórias à moral e aos bons costumes. No imaginário das alas conservadoras de nossa sociedade, a pílula anticoncepcional era o símbolo maior desta leviandade para quais as jovens brasileiras estavam se dirigindo.

Já para as organizações de esquerda a problemática da condição feminina em nossa sociedade não tinha relevância nem espaço para discussões, não era tratada política ou teoricamente, quase todo o esforço estava para a derrubada do regime militar e concretização da revolução socialista.

A decisão de assumir a militância política em tais organizações (nos anos 60 e na primeira metade dos 70) expressa a vontade radical das mulheres de se entenderem enquanto protagonistas ativas da história. Os depoimentos demonstram que foi um ato de consciência que superava o simples repúdio à ditadura militar. As mulheres militantes buscavam a construção de uma sociedade mais justa.

Cabe-nos ressaltar que dentro de uma sociedade altamente masculinizada, não foram poucas as barreiras que essas mulheres, que ousaram desafiar o código vigente, enfrentaram. Constam de seus obstáculos a família, a sociedade, alguns membros das organizações e, obviamente, a força repressora. Certamente para muitas, a própria família era um grande impedimento, o que fazia com que escondessem a sua atividade. No que tange à sociedade, essa não via com bons olhos essa ousadia, e isso, por vezes, era motivo para que se projetasse uma imagem pejorativa sobre elas. O estigma de ser mulher e tomar para si atitudes que eram concebidas como condizentes apenas com o mundo masculino, muitas vezes também as colocava em situação desfavorável perante os companheiros de luta; alguns acreditavam que ao “sexo frágil” não poderiam ser dados papéis de comando, ou mesmo a participação em algumas atividades que requereriam a força e coragem masculina. Já para os órgãos de repressão o fato era mais grave ainda – como essas mulheres arrogam para si o direito de contestar a ordem vigente? Quem são elas? Por que

não estão em casa cumprindo suas obrigações? – além de serem culpadas pelas suas ações clandestinas, ainda causavam mais revolta por transgredirem o código de gênero<sup>2</sup>. Tal constatação se faz presente nas palavras de Elizabeth Ferreira: *“Não eram xingadas somente por serem ‘terroristas’; eram duplamente desclassificadas por serem ‘terroristas’ e mulheres – infame combinação para os agentes da repressão”*.<sup>3</sup>

Os testemunhos das seis ex-militantes políticas entrevistadas, mesmo com as discordâncias e as diferenças que apareceram ao longo das declarações, convergem para um núcleo comum de significado que se refere ao contexto cultural e político da época. Neste se encontrava o ideal de revolução socialista partilhado por elas e que passa a inspirar o projeto de transformação da sociedade brasileira. Através destas histórias de vida tão diferentes entre si, nos deparamos, entretanto, com uma temática coesa e inconfundível: a trajetória de vida de mulheres que romperam com o seu papel social para se engajar em um projeto coletivo e os possíveis significados para suas vidas que tal escolha gerou.

A escolha de trabalhar com a experiência de mulheres que participaram da luta armada é por considerarmos relevante trabalhar com depoimentos de indivíduos que tiveram participação ativa no movimento de oposição ao regime militar brasileiro. Em especial, optamos analisar depoimentos dessas mulheres para dar destaque à especificidade da militância feminina neste período. Consideramos valioso o depoimento de mulheres que além de contestarem o regime político vigente, colocaram em questão, através de seus comportamentos, valores estabelecidos acerca do papel da mulher em nossa sociedade. *“A relação entre mulher e política tem sido tema tabu na sociedade brasileira. O lugar do homem é no comando do mundo político, à mulher resta o privado, onde muitas vezes os homens também comandam. Invadir o espaço público, político e masculino foi o que fizeram estas mulheres ao se engajarem nas organizações de esquerda, clandestinas para fazer oposição, juntamente com os homens, ao regime militar. Ousaram participar da política, espaço que marca a diferença e a exclusão.”*<sup>4</sup>

Logo, ao analisarmos a experiência de mulheres que tiveram envolvimento num projeto de esquerda que objetivava a derrubada do regime militar e a construção de uma

sociedade brasileira mais justa e igualitária, nos deparamos com a importância da articulação do enfoque de gênero com outras categorias como classe social, etnia, geração e posição ideológica. Estas questões vão delinear suas escolhas políticas e posicionamentos enquanto sujeitos históricos. Sob esta abordagem de gênero, temos a perspectiva de recobrar a experiência coletiva de homens e mulheres no passado em toda a sua complexidade, procurando, entretanto, um aprimoramento metodológico que permita recuperar os mecanismos das relações sociais entre os sexos e as contribuições de cada qual ao processo histórico. *“Assim ao se destacar que o social é historicamente construído, nele as experiências sociais feminina e masculina diferenciadas emergem numa condição própria em sociedades específicas.”*<sup>5</sup>

Procuraremos neste trabalho compreender as nuances da particularidade da militância feminina contra o regime militar através da análise das trajetórias de vida de seis ex-militantes que fizeram parte das organizações de esquerda armada durante a ditadura militar brasileira. O que perpassa nossa análise é o quão importantes foram tais atitudes, uma vez que as mulheres estavam alijadas do processo de participação política, até mesmo por uma questão de *status* sexual hierárquico que estabelecia e legitimava a desigualdade em vários aspectos, tais como os direitos, os deveres e os espaços de circulação e atuação. Ao abraçarem a causa coletiva, elas romperam com o seu papel social estabelecido e principalmente com o seu mundo cotidiano. No bojo deste processo foram quebradas normas e tabus, toda uma gama de valores que a sociedade carregava e que afetava de forma incisiva a vida da mulher brasileira neste período.

As entrevistas foram realizadas pelo Núcleo de História Oral do Laboratório dos Estudos do Tempo Presente (IFCS/UFRJ) no período de julho de 2002 a setembro de 2003. A memória pode ser identificada como processo de construção e reconstrução do passado nas condições do tempo presente, logo, é necessário apontar que, no período em que as entrevistas foram realizadas, o Brasil passava pela euforia das eleições presidenciais (com a vitória de Luís Inácio Lula da Silva) e o primeiro ano de seu governo. Esta conjuntura marca o discurso de nossas ex-militantes, com expressões de esperança de um Brasil diferente,

com gosto de vitória de anos de dedicação à militância política<sup>6</sup> ou com decepções das primeiras medidas adotadas pelo tão sonhado governo.

Embora as narrativas não estejam fixadas por desdobramentos de uma cronologia dada *a priori*, podemos observar um eixo que ordena a rememoração das trajetórias das depoentes, e que definimos como três momentos centrais de reconstrução da experiência política na vida dessas mulheres. Esses momentos estruturam nossa análise. São eles: o engajamento no projeto de esquerda, a militância clandestina e a reintegração à vida social legal.

Para cada momento, há tanto elementos de identificação como de divergência nos relatos dessas seis mulheres. O primeiro ponto de diferença já é demonstrado com as recordações da natureza do envolvimento político de cada uma. Nessa medida, a questão de suas origens ultrapassa a classificação sociológica de classe social, ao se estender a seus sistemas de referência, com a incorporação de dados pessoais tais como a organização familiar de cada uma delas (com sua articulação interna através das relações entre pais e filhos), formação religiosa, status intelectual e social (profissão dos pais e de outros membros do grupo e seu grau de prestígio), posição ideológica dessas famílias, com suas expectativas, visões e posicionamento em relação à realidade social e também em relação aos filhos e, finalmente, a qualidade de vida emocional e afetiva dessas famílias. Esses aspectos são de suma importância no caso de nossas depoentes, já que as modalidades e motivações da entrada na cena política são diferentes.

Além dos aspectos diferenciadores apontados na formação do caráter político de cada entrevistada, nos deparamos com os traços individuais de personalidade e de aspectos subjetivos dessas jovens naquela época. Assim, as motivações e as representações individuais dessas mulheres são contrastantes, ao mesmo tempo em que as motivações e as representações coletivas com as quais se identificaram se aproximam em outro nível.

A vida na clandestinidade proporciona ao indivíduo uma ruptura com o seu contexto cultural e afetivo. Na clandestinidade há uma reorganização da relação dessas mulheres

com o tempo, espaço e interação com outros companheiros e com a família. Neste sentido, a qualidade de vida que lhes é conferida exige adaptação de seus padrões psicossociais. Assim, a delicada condição dessa experiência não pôs fim aos arranjos sociais que são constantemente negociados em cada cultura para orientar e garantir a reprodução da vida em sociedade, somente os reproduziu de outra forma e num outro nível da realidade social, concedendo-lhes novos significados e, desse modo, assegurando um modo de vida sociocultural diferente do legal, criando novas redes de interação. Não somente por fingimento, mas também pelo equilíbrio emocional dos militantes, tentava-se reproduzir nos aparelhos um mínimo de normalidade cotidiana. E a mulher desempenhou um importante papel nesta estrutura aparentemente familiar conferida à vida clandestina, esta preocupação estava presente a todo instante durante o período em que estavam clandestinas.

A clandestinidade é classificada pelas depoentes como um período de isolamento, nervosismo, solidão, tensão e medo. Estas mulheres estiveram submetidas a experiências que lhes conferiram autocontrole e desprendimento em relação ao modo de vida anterior, impondo-lhes ao mesmo tempo a necessidade de uma rápida adaptação a condições adversas e totalmente desconhecidas.

Ao enfrentar as forças do regime militar, essas jovens militantes tiveram que romper com o seu mundo cotidiano e entrar para a clandestinidade. Com o desmantelamento do projeto de oposição dos grupos de esquerda, elas acabaram vítimas nas malhas da repressão do Estado. Num outro nível, o retorno à legalidade também representou o momento de resgate e de desdobramento das trajetórias individuais dessas mulheres. Assim, a interrupção do projeto coletivo foi a ocasião da reconciliação dessas jovens com a vida “comum”. Se o retorno delas envolveu, em algum momento, o constrangimento de serem conhecidas ou reconhecidas por meio de uma identidade estigmatizada, há que se notar a importância do apoio e do carinho, nas suas reestruturações emocional e profissional, que receberam de seus amigos e familiares após o restabelecimento da vida legal. Nas declarações, está presente a constatação de que a força moral e a resistência

psíquica com que elas enfrentaram os infortúnios da experiência de clandestinidade, prisão, tortura e/ou exílio, foram garantidas pelos vínculos de afeto que puderam manter.

A opção pela militância política representou uma mudança radical no modo de vida das entrevistadas. A clandestinidade, o permanente risco da prisão e da tortura, a necessidade do aperfeiçoamento teórico e o desenvolvimento de ações práticas exigiam disciplina, dedicação e sobretudo paixão. É interessante observar que em suas reflexões no tempo presente, elas não rejeitam a validade de seus objetivos iniciais, embora reconheçam erros nas estratégias de ação e consolidação de tal projeto. Entretanto, assumem que suas opções políticas estavam inseridas em um conjunto de ações inspirado por um projeto político coletivo, estendendo-se até mesmo a uma contextualização deste projeto para uma melhor compreensão de suas escolhas. Através dos três momentos centrais de reconstrução da experiência política na vida dessas mulheres, que definimos como a entrada na militância política, o período de clandestinidade e o retorno à vida legal, pudemos perceber a singularidade de cada experiência. Embora todas fossem estudantes no momento em que ingressaram na militância, existiam diferenças nas origens dessas mulheres e em suas trajetórias políticas. Mesmo o engajamento marcava outro tipo de contraste entre elas, já que as organizações tinham perfis distintos e o papel que cada uma das entrevistadas assumiu nestas estruturas adquiriu um *status* próprio. A possibilidade de conjugação da variedade e da semelhança nesse conjunto de declarações representou um dos aspectos mais interessantes desta pesquisa.

Pode-se dizer que a iniciativa dessas e de muitas jovens militantes que se lançaram na ação política — inseridas num projeto coletivo que objetivava a derrubada do governo militar, e sobretudo a busca de alternativas que poderiam resolver os problemas sociais e políticos de nosso país — colocou a problemática do papel das mulheres e de seu *status* em evidência. De fato, as circunstâncias ligadas ao passado dessas mulheres as colocavam em alguma medida à margem da vida social daquele período. Elas rompem com duas hierarquias: a de gênero de sua cultura e a do poder instaurado com o golpe militar de 1964. Contudo, o reconhecimento das mulheres como sujeitos políticos encontra barreiras porque

rompe com os padrões estabelecidos pela família e pela sociedade, que determinou códigos masculinos de participação pública e política.

Entretanto, a maioria delas declarou que seu comportamento e suas atitudes contestavam os padrões tradicionais da sociedade, embora afirmem não ter assumido tais ações com este propósito. Para tanto, a legitimação de suas ações e a transformação de seu *status* de desviante no de agente histórico foram julgados *a posteriori*.

Podemos dizer que a iniciativa dessas mulheres naquele contexto colocou a problemática do papel feminino e de seu *status* em evidência. Contudo, isto se deu como uma espécie de antecipação — através da ação em si e não por uma reflexão ou uma discussão a seu respeito e anterior a ela própria — do que passaria a ocorrer no Brasil a partir de meados da década de 70 com as mobilizações do movimento feminista.<sup>7</sup>

---

<sup>1</sup> COLLING, Ana Maria. *A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Record; Rosa dos Tempos, 1997.

<sup>2</sup> Referimo-nos à construção social de idéias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres estabelecidos na sociedade brasileira.

<sup>3</sup> FERREIRA, Elizabeth F. Xavier. *Mulheres, militância e memória*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996. p.155.

<sup>4</sup> COLLING, Op.Cit, p.7.

<sup>5</sup> MATOS, Maria Izilda S. *Por uma história da mulher*. Bauru: EdUSC, 2000, p.23.

<sup>6</sup> Conforme declaração de duas entrevistadas de que a sua geração tinha finalmente chegado ao poder.

<sup>7</sup> Segundo Maria Paula Nascimento Araujo, dentre todos os movimentos alternativos da década de 70, o movimento feminista foi o que mais inovou em termos de linguagem, de reivindicações, de propostas, de visão de mundo e da própria concepção de política. ARAUJO, Maria Paula Nascimento. *A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 70*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000. p. 159. Atualmente desenvolvo no mestrado aspectos da participação de ex-militantes de luta armada no movimento feminista na segunda metade da década de 1970.